



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**CORREGEDORIA NACIONAL**

# **RELATÓRIO CONCLUSIVO DE INSPEÇÃO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO ESTADO DO AMAPÁ**

**NOVEMBRO DE 2015**

## Sumário

Disposições Preliminares.....	3
1. Atos Preparatórios da Inspeção .....	3
2. Da Execução do Procedimento de Inspeção .....	4
Área Institucional .....	5
3. O MPT no Estado do Amapá .....	5
4. Estrutura Física .....	6
5. Estrutura de Pessoal.....	6
6. Ingresso, Residência, Exercício do Magistério e Horário de Trabalho dos Procuradores.	8
7. Repartição de Atribuições entre Procuradores.....	8
8. Estrutura do Órgão do Ministério Público .....	9
9. Movimentação Judicial e Extrajudicial .....	10
10. Feitos no Órgão .....	14
11. Processos e procedimentos examinados .....	16
12. Sugestões e Relatos de Experiências Inovadoras.....	16
Área Administrativa.....	17
13. Área Administrativa.....	17
Área de Tecnologia da Informação .....	17
14. Tecnologia da Informação .....	17
Atendimento ao Público.....	18
15. Atendimento ao Público.....	18
Manifestações das Unidades e dos Membros Inspeccionados .....	19
16. Manifestações das Unidades e dos Membros Inspeccionados .....	19
Proposições da Corregedoria Nacional .....	19
17. Proposições da Corregedoria Nacional .....	19
Considerações Finais .....	20
18. Considerações Finais .....	20

## Disposições Preliminares

### 1. Atos Preparatórios da Inspeção

- 1.1** Na 17ª Sessão Ordinária de 2015, do Conselho Nacional do Ministério Público, ocorrida em 08 de setembro do mesmo ano, a Corregedoria Nacional indicou o Estado do Amapá para ser objeto de inspeção correcional no âmbito do Ministério Público.
- 1.2** Na sequência, a Corregedoria Nacional publicou a Portaria CNMP-CN nº 111, de 14 de setembro de 2015, visando a realização da visita prévia à unidade, com o objetivo de coletar informações e reunir os documentos necessários aos trabalhos a serem realizados por ocasião da inspeção, integrando a equipe os membros auxiliares Darlan Benevides de Queiróz e Ludmila Reis Brito Lopes, além dos servidores Joaquim Elias de Souza Neto e Paulo Júnior Werlang, ambos Assessores Nível III do Conselho Nacional do Ministério Público. Na sequência, a Corregedoria Nacional publicou as Portarias CNMP-CN nº 126, 127 e 128, todas de 08 de outubro de 2015, deflagrando o processo de inspeção no Ministério Público Estadual (MPE), no Ministério Público Federal (MPF) e no Ministério Público do Trabalho (MPT).
- 1.3** Foram designados os dias 01, 02 e 03/11/2015, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30min, na sede do Ministério Público do Estado do Amapá (Av. FAB nº 64 – Complexo Cidadão Centro, Macapá/AP), para a realização do atendimento ao público, mediante o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelas unidades do Ministério Público situadas no Estado do Amapá.
- 1.4** Os seguintes órgãos e autoridades receberam ofício da Corregedoria Nacional, comunicando a realização da inspeção, bem como as datas e locais de atendimento ao público: o Senador Randolph Frederich Rodrigues Alves, o Senador João Alberto Rodrigues Capiberibe, o Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral de Justiça, a Procuradora-Geral do Estado, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Amapá, o Procurador-Chefe da Advocacia-Geral da União, o Chefe da Defensoria Pública da União no Estado do Amapá, o Defensor Público Geral do Estado, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, o Chefe da Polícia Civil do Estado e os Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público, da Magistratura, dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado do Amapá, o Presidente do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, o Diretor do Foro da Justiça Federal, o Superintendente Regional da Polícia Federal, o Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

- 1.5 Foram instaurados no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP os Procedimentos de Inspeção 794/2015-04 (Portaria 126/2015 – MPE/AP), 793/2015-51 (Portaria 127/2015 – MPF/AP) e 795/2015-41 (Portaria 128/2015 – MPT/AP), para organização dos documentos, para organização dos documentos.
- 1.6 Por fim, foram editadas as Portarias CNMP-CN nº 131, de 09 de outubro de 2015 e 134 de 15 de outubro de 2015, contendo as designações e requisições de membros e servidores para comporem as equipes de inspeção.

## 2. Da Execução do Procedimento de Inspeção

- 2.1 A execução da inspeção deu-se conforme seu planejamento e foi realizada no período de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2015, por um total de 17 (dezessete) membros e 10 (dez) servidores, além do Corregedor Nacional, Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego, que dirigiu os trabalhos.
- 2.2 Para operacionalizar o desenvolvimento da inspeção foram constituídas 10 (dez) equipes, cada uma com seus alvos e objetivos previamente determinados.

**Equipe 1.** Composição: Maria Clara Mendonça Perim – Promotora de Justiça (MP/ES); José Kumio Kubota – Procurador de Justiça (MP/PR); Jorge Wilson Lopes Cavalcante – Promotor de Justiça (MP/AM) Objetivos: 10 Procuradorias de Justiça.

**Equipe 2.** Composição: Adriano Teixeira Kneipp – Promotor de Justiça (MP/RS); Luis Gustavo Maia Lima – Promotor de Justiça (MPDFT), Rodrigo Leite Ferreira Cabral – Promotor de Justiça (MP/PR), Maria Clara Mendonça Perim – Promotora de Justiça (MP/ES) e José Kumio Kubota - Procurador de Justiça (MP/PR); Objetivos: Procuradoria-Geral de Justiça, Subprocuradorias-Gerais de Justiça, Corregedoria-Geral, Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.

**Equipe 3.** Composição: Fábio Barros de Matos – Promotor de Justiça (MPDFT) e Darlan Benevides de Queiróz – Promotor de Justiça (MP/AM); Objetivos: 03 (três) Procuradorias Regionais do Trabalho, 06 (seis) Procuradorias Regionais da República e 15 (quinze) Promotorias de Justiça da Capital (prédio sede).

**Equipe 4.** Composição: Odair Tramontin - Promotor de Justiça (MP/SC) e José Carlos Fernandes Júnior – Promotor de Justiça (MP/MG); Objetivos: 02 (duas) Promotorias de Justiça de Oiapoque, 01 (uma) Promotoria de Justiça de Calçoene, 01 (uma) Promotoria de Justiça de Tartarugalzinho e 01 (uma) Promotoria de Justiça de Amapá.

**Equipe 5.** Composição: Franke Soares Rosa – Promotor de Justiça (MP/CE) e Jarbas Adelino Santos Júnior – Promotor de Justiça (MP/SE); Objetivos: 01 (uma) Promotoria de Justiça de Vitória do Jari, 03 (três) Promotorias de Justiça de Laranjal do Jari, 01 (uma) Promotoria de Justiça de Porto Grande, 01 (uma) Promotorias de Justiça de Mazagão e 01 (uma) Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes.

**Equipe 6.** Composição: Francisco de Assis Machado Cardoso – Promotor de Justiça (MP/RJ) e Jorge Wilson Lopes Cavalcante – Promotor de Justiça (MP/AM); Objetivos: LAB, GAECO e 02 (duas) Promotorias de Juizados , 4 Promotorias de investigação criminal e cível, 1 Promotoria de Defesa da Educação, 1 Promotoria de Defesa da Mulher, 2 Promotorias de meio ambiente, 1 Promotoria de saúde pública, 1 Promotoria de Defesa da ordem tributária , 1 Promotoria de Direitos Constitucionais e 2 Promotorias do Patrimônio público.

**Equipe 7.** Composição: Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho, Mariano Paganini Lauria – Promotor de Justiça (MP/RN) e Luis Gustavo Maia Lima – Promotor de Justiça (MPDFT), Rodrigo Leite Ferreira Cabral – Promotor de Justiça (MP/PR) e Lenna Luciana Nunes Daher – Promotora de Justiça (MPDFT)); Objetivos: 04 (quatro) CAOPs, CEAF, 10 (dez) Promotorias de Justiça de Santana, MP Comunitário , 03 (três) Promotorias da infância e Juventude de Macapá, 2 Promotorias do Patrimônio Público, 1 Promotoria de Defesa do Consumidor e Ouvidoria.

**Equipe 8.** Composição: Fábio Kosaka – Procurador do Trabalho e Paulo César Allembrandt - Servidor; Objetivos: Auditoria Tecnologia da Informação.

**Equipe 9.** Composição: Adauto Viccari – Servidor, Dina Araújo – Servidora e Izahilton Mendes Guia Júnior – Servidor; Objetivos: Auditoria Administrativa (MPE e MPU).

**Equipe 10.** Composição: Atendimento ao Público: Eduardo Futemma Ushikoshi, Bruno Dias Galvão e Astrogildo Guedes dos Santos – Servidores.

**Comunicação Social:** Déborah de Vasconcelos Torres – Servidora (ASCOM/CNMP).

**Coordenação e Apoio:** A coordenação dos trabalhos foi realizada pelos membros auxiliares da Corregedoria Nacional, Dra. Lenna Luciana Nunes Daher, Coordenadora da Corregedoria Nacional, Dra Ludmila Reis Brito Lopes, Coordenadora do Núcleo de Inspeções e Correições, Dra. Maria Clara Mendonça Perim e Dr. Mariano Paganini Laurea. A parte de logística e apoio às equipes foram exercidas pelos servidores Eduardo Pimentel de Vasconcelos Aquino (Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional), Paulo Júnior Werlang e Christianne Oliveira e Sá, Assessores Nível III do CNMP.

## Área Institucional

### 3. O MPT no Estado do Amapá

**3.1 O Estado do Amapá.** O Estado do Amapá encontra-se dividido politicamente em 16 (dezesseis) municípios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), possui área territorial de 142.828,520 km<sup>2</sup>, e população estimada, em 2015, de 766.679 (setecentos e sessenta e seis mil seiscentos e setenta e nove) habitantes.

**3.2 Justiça do Trabalho no Amapá.** A Justiça do Trabalho no Amapá integra a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT/8ª Região), com sede em Belém/PA. A primeira instância da Justiça do Trabalho no Amapá possui 07 (sete) Varas do Trabalho, todas na capital (Macapá/AP).

**3.3 Ministério Público do Trabalho no Estado do Amapá.** O MPT atua por sua Procuradoria do Trabalho em Município (PTM/AP), situada em Macapá/AP.

## 4. Estrutura Física

4.1 O imóvel no qual funciona a PTM de Macapá é da UNIÃO FEDERAL, adquirido em junho de 2006, com área útil interna (térreo e pavimento superior) de 350 m<sup>2</sup> e externa de 315 m<sup>2</sup>.



4.2 O Coordenador da PTM, o Procurador Rafael Montego Figueiredo, informou que recentemente houve licitação para reforma do prédio.

## 5. Estrutura de Pessoal

5.1 **Distribuição dos membros por cargo e unidade de lotação.** A tabela abaixo mostra a distribuição dos membros por cargo e lotação:

NOME	CARGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
------	-------	--------------------

RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO	PROCURADOR DO TRABALHO	PTM DE MACAPÁ, BANCA 52 (CODIN), OFÍCIO 62 (COI)
FRANCISCO BRENO BARRETO CRUZ	PROCURADOR DO TRABALHO	PTM DE MACAPÁ, BANCA 53 (CODIN), OFÍCIO 63 (COI)
BRADIANE FARIAS RIBEIRO LIMA	PROCURADOR DO TRABALHO	PTM DE MACAPÁ, BANCA 54 (CODIN), OFÍCIO 64 (COI)

**5.2 Quantitativo de membros e servidores.** O quantitativo de membros e servidores é fornecida no seguinte quadro:

<b>Membros</b>	
Procurador Regional do Trabalho	0
Procurador do Trabalho	3
<b>Servidores</b>	
Efetivos de nível superior	4
Efetivos de nível médio	4
Comissionados s/vínculo efetivo	0
Efetivos c/cargo em comissão	0
Efetivos c/função confiança	2
Cedidos à disposição do MPT	2
<b>Estagiários</b>	
Estagiários - nível superior	3
Estagiários - nível médio	0
<b>Aprendizes</b>	
Aprendizes	0
<b>Terceirizados</b>	
Terceirizados	10

**5.3 Distribuição área-fim e meio.** A distribuição dos servidores entre as áreas fim e meio é a seguinte:

Setor	Analistas	Técnicos	Peritos	Outros (Sem vínculo)
Área fim	3	0	0	0
Área meio	1	5	0	2 (cedidos)

**5.4** Os trabalhos de perícia em medicina e segurança no trabalho são realizados por analistas periciais da sede da PRT-8ª Região, em Belém, para onde os procedimentos/processos são enviados, havendo também a possibilidade de deslocamento dos analistas periciais ao Amapá, caso haja necessidade de se realizarem inspeções ou outras atividades correlatas.



## 6. Ingresso, Residência, Exercício do Magistério e Horário de Trabalho dos Procuradores

Membro	Data em que assumiu o órgão	Residência na comarca	Exercício do Magistério	Período em que cumpre expediente
Rafael Mondego Figueiredo	16/10/2014	Sim	Não	8h às 12h e 14h às 18h
Francisco Breno Barreto Cruz	19/08/2014	Sim	Não	8h às 12h e 14h às 18h
Bradiane Farias Ribeiro Lima	19/08/2014	Sim	Não	8h às 12h e 14h às 18h

### 6.1 Atendimento ao público.

Rafael Mondego Figueiredo	08:00 às 13:00h
Francisco Breno Barreto Cruz	08:00 às 15:00h
Bradiane Farias Ribeiro Lima	Horário do Expediente

**6.2 Cursos de aperfeiçoamento.** Nenhum dos membros está participando de curso de aperfeiçoamento.

**6.3 PAD.** Nenhum dos membros está respondendo a Procedimento Administrativo Disciplinar.

**6.4 Exercício da Advocacia.** Nenhum dos membros exerce, atualmente, a advocacia.

## 7. Repartição de Atribuições entre Procuradores

### 7.1 Atribuições.

Rafael Mondego Figueiredo	Procurador do trabalho (art. 83, IC 75/93); coordenador da PTM de Macapá (art. 3º, portaria PGT nº 147/2006; Portaria PRT8ª 46/2015); representante-titular da PTM de Macapá da COORDIGUALDADE e COORDINFÂNCIA (Portaria PRT8ª 142/2015); Representante-suplente da PTM de Macapá da CONALIS, CONAFRET e CONATPA (Portaria PRT8ª 142/2015).
Francisco Breno Barreto Cruz	Procurador do trabalho (art. 83, IC 75/93), representante-titular da PTM de Macapá da CONALIS, CODEMAT e CONAFRET (Portaria PRT8ª 142/2015); representante-suplente da PTM de Macapá da CONAETE, CONAP e COORDIGUALDADE (Portaria PRT8ª 142/2015).



Bradiane Farias Ribeiro Lima	Procurador do trabalho (art. 83, IC 75/93), Vice-coordenador da PTM de Macapá, Representante-titular da PTM de Macapá da CONAETE, CONAP e CONATPA (Portaria PRT8ª 142/2015); Representante-suplente da PRM de Macapá da COORDINFÂNCIA, CODEMAT (Portaria PRT8ª 142/2015).
------------------------------	---

## 7.2 Cumulação nos últimos seis meses.

Rafael Mondego Figueiredo	Sim, como substituto nas demais Procuradorias
Francisco Breno Barreto Cruz	Sim.
Bradiane Farias Ribeiro Lima	Sim. Substituiu os Colegas durante as respectivas férias.

## 7.3 Colaboração nos últimos seis meses.

Rafael Mondego Figueiredo	Não
Francisco Breno Barreto Cruz	Não
Bradiane Farias Ribeiro Lima	Sim. Em razão da licença maternidade

## 7.4 Afastamento nos últimos seis meses.

Rafael Mondego Figueiredo	Não
Francisco Breno Barreto Cruz	Não
Bradiane Farias Ribeiro Lima	Sim. Licença médica de 22/11/2014 a 05/01/2015 e licença-maternidade de 06/01/2015 a 11/09/2015

# 8. Estrutura do Órgão do Ministério Público

## 8.1 Área de atuação.

Banca 52 (Ofício 62)	Geral (não há especialização)
Banca 53 (Ofício 63)	Geral (Não há especialização)
Banca 54 (Ofício 64)	Geral (Não há especialização)

## 8.2 Estrutura de pessoal no gabinete.

Banca 52 (Ofício 62)	01 (uma) Analista, 01 (uma) Técnica e 01 (uma) Estagiária
Banca 53 (Ofício 63)	01 (um) analista, 01 (um) técnico e 01 (um) estagiário
Banca 54 (Ofício 64)	01 (um) analista, 01 (um) estagiário e 01 (um) técnico

## 8.3 Estrutura física do gabinete.

Banca 52 (Ofício 62)	Mesa de trabalho. 03 (três) móveis, sendo 02 (dois) com prateleiras e 01 (um) armário.
----------------------	--

Banca 53 (Ofício 63)	Mesa de trabalho. 03 (três) móveis, sendo 02 (dois) com prateleiras e 01 (um) armário.
Banca 54 (Ofício 64)	Mesa de trabalho. 03 (três) móveis, sendo 02 (dois) com prateleiras e 01 (um) armário.

#### 8.4 Recursos de tecnologia da informação.

Banca 52 (Ofício 62)	(01) computadores (desktops) (01) notebooks (01) impressoras, sendo (01) laser Outros equipamentos de informática: (01) tablet.
Banca 53 (Ofício 63)	(01) computadores (desktops) (01) impressoras, sendo (01) laser Outros equipamentos de informática: 01 tablet
Banca 54 (Ofício 64)	(01) computadores (desktops) (01) impressoras, sendo (01) laser Outros equipamentos de informática: 01 (um) Tablet.

## 9. Movimentação Judicial e Extrajudicial

### 9.1 Banca 52 (Ofício 62).

Judiciais												
Saldo do mês anterior: 51*												
Distribuídos no mês: 07												
Impulsionados no mês: 0												
Saldo do mês atual: 58*												
Audiências realizadas nos últimos 30 dias: 01												
Observações: Desde setembro/2014, todos os processos judiciais estão digitalizados e são feitos através do sistema PJE, não há saldo físico. Quanto às informações constantes do Anexo 2 referentes aos saldos de processos do mês anterior e os Saldos transportados para o mês seguinte, foi detectado que tal dado se refere à sistemática de registro dos processos, a existência dos saldos no sistema está relacionado ao fato de que os processos físicos (que são todos os anteriores a 2013), tinham sua entrada registrada no MPT DIGITAL, porém, não havia andamento específico no Sistema para a devolução, de modo que o saldo sempre existiria e cresceria. Não obstante, em consulta aos sistemas PJE e MPT Digital referentes ao Órgão inspecionado, a equipe de inspeção verificou que não havia processos judiciais com vista ao MPT, nem havia saldos remanescentes, estando a movimentação processual toda em dia.												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS (parte e custos legis)</b>												
	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>
Saldo do mês anterior	3	8	12	20	27	29	33	43	48	49	52	51
Distribuídos no mês	5	7	9	8	6	7	16	9	3	7	2	7
Devolvidos no mês	1	4	0	2	4	3	7	6	4	6	3	0
Saldo do mês	7	14	21	26	29	33	42	46	47	50	51	58
Audiências judiciais ou sessões	1	1	5	4	4	0	2	7	4	2	0	1

Extrajudiciais												
Notícia de fato distribuída : 08												
TAC firmado: 03												
Ação civil pública proposta: 00												
Arquivamento sem remessa: 10												
Arquivamento com remessa: 02												
Audiências extrajudiciais: 17												
Observações: Desde setembro/2014, todos os processos extrajudiciais estão digitalizados e são feitos através do sistema MPT DIGITAL, não há saldo físico.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	7	6	4	7	3	6	7	5	5	8	8
TAC firmado	1	0	0	1	3	0	3	0	0	3	3	3
Ação civil pública proposta	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3	0
Arquivamento sem remessa	1	0	3	2	2	2	10	6	6	3	15	10
Arquivamento com remessa	2	3	1	0	0	7	0	4	0	0	2	2
Audiências extrajudiciais	1	10	7	25	12	1	5	4	12	14	14	17

## 9.2 Banca 53 (Ofício 63).

Judiciais												
Saldo do mês anterior: 61												
Distribuídos no mês: 1												
Impulsionados no mês: 3												
Saldo do mês atual: 59												
Audiências realizadas nos últimos 30 dias: 0												
Observações: Desde setembro/2014, todos os processos judiciais estão digitalizados e são feitos através do sistema PJE, não há saldo físico.												
Quanto às informações constantes do Anexo 2 referentes aos saldos de processos do mês anterior e os Saldos transportados para o mês seguinte, foi detectado que tal dado se refere à sistemática de registro dos processos, a existência dos saldos no sistema está relacionado ao fato de que os processos físicos (que são todos os anteriores a 2013), tinham sua entrada registrada no MPT DIGITAL, porém, não havia andamento específico no Sistema para a devolução, de modo que o saldo sempre existiria e cresceria. Não obstante, em consulta aos sistemas PJE e MPT Digital referentes ao Órgão inspecionado, a equipe de inspeção verificou que não havia processos judiciais com vista ao MPT, nem havia saldos remanescentes, estando a movimentação processual toda em dia.												
PROCESSOS JUDICIAIS (parte e custos legis)												
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior	2	2	5	12	19	19	32	41	45	56	55	61
Distribuídos no mês	0	7	8	7	1	18	10	6	13	2	7	1
Devolvidos no mês	0	4	1	0	1	4	1	2	0	1	0	3
Saldo do mês	2	5	12	19	19	33	41	45	58	57	62	59
Audiências judiciais ou sessões	0	0	4	4	2	2	4	6	2	2	2	0

**Extrajudiciais**

Notícia de fato distribuída : 08

TAC firmado: 03

Ação civil pública proposta: 00

Arquivamento sem remessa: 10

Extrajudiciais: 0

Observações: Desde setembro/2014, todos os processos extrajudiciais estão digitalizados e são feitos através do sistema MPT DIGITAL, não há saldo físico.

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	14	11	4	9	3	6	12	3	10	4	17
TAC firmado	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação civil pública proposta	1	0	0	2	0	1	3	0	3	2	2	0
Arquivamento sem remessa	0	0	1	2	4	4	3	4	5	0	5	1
Arquivamento com remessa	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	26	0
Audiências extrajudiciais	0	11	2	5	3	2	6	20	7	1	4	0

### 9.3 Banca 54 (Ofício 64).

<b>Judiciais</b>	
Saldo do mês anterior:	24
Distribuídos no mês:	04
Impulsionados no mês:	0
Saldo do mês atual:	28
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	01
Observações: Desde setembro/2014, todos os processos judiciais estão digitalizados e são feitos através do sistema PJE, não há saldo físico.	
Quanto às informações constantes do Anexo 2 referentes aos saldos de processos do mês anterior e os Saldos transportados para o mês seguinte, foi detectado que tal dado se refere à sistemática de registro dos processos, a existência dos saldos no sistema está relacionado ao fato de que os processos físicos (que são todos os anteriores a 2013), tinham sua entrada registrada no MPT DIGITAL, porém, não havia andamento específico no Sistema para a devolução, de modo que o saldo sempre existiria e cresceria. Não obstante, em consulta aos sistemas PJE e MPT Digital referentes ao Órgão inspecionado, a equipe de inspeção verificou que não havia processos judiciais com vista ao MPT, nem havia saldos remanescentes, estando a movimentação processual toda em dia.	

PROCESSOS JUDICIAIS (parte e custos legis)												
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	4	4	13	17	16	15	19	15	19	17	18	24
Distribuídos no mês	0	10	7	0	4	4	0	4	1	2	6	4
Devolvidos no mês	1	1	2	2	5	2	4	3	5	3	1	0
Saldo do mês	3	13	18	15	15	17	15	16	15	16	23	28
Audiências judiciais ou sessões	0	0	2	0	0	1	0	1	0	10	1	1

**Extrajudiciais**

Notícia de fato distribuída : 13

TAC firmado: 02

Ação civil pública proposta: 00

Arquivamento sem remessa: 04

Arquivamento com remessa: 00

Audiências extrajudiciais: 19

Observações: Desde setembro/2014, todos os processos extrajudiciais estão digitalizados e são feitos através do sistema MPT DIGITAL, não há saldo físico.

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	12	9	3	12	8	17	7	5	11	6	13
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Ação civil pública proposta	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Arquivamento sem remessa	1	0	0	1	3	2	0	2	0	3	2	4
Arquivamento com remessa	2	0	0	0	0	1	4	0	18	3	3	0
Audiências extrajudiciais	0	4	0	0	0	0	0	0	0	3	12	19



## 10. Feitos no Órgão

Feito	Banca 52	Banca 53	Banca 54
Processos judiciais – <i>custus legis</i> :			
Com vista há mais de 30 dias	0	0	0
Com vista há mais de 6 meses	0	0	0
Com vista há mais de 12 meses	0	0	0
Processos referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público			
Com vista há mais de 30 dias	0	0	07
Com vista há mais de 6 meses	0	0	0
Com vista há mais de 12 meses	0	0	0
Representações:			
Pendentes de análise recebidas nos últimos 30 dias	0	0	09
Em tramitação há mais de 30 dias	0	0	0
Procedimentos preparatórios:			
Em tramitação há menos de 90 dias	0	05	06
Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação)	0	03	06
Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação)	0	0	0
Inquérito civil:			
Em tramitação há menos de 1 ano	15	29	30
Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação)	21	55	44
Ações ajuizadas nos últimos 12 meses	06	14	01
Recursos interpostos nos últimos 12 meses	04	01	07
Contrarrazões apresentadas nos últimos 12 meses	04	05	0
Termos de ajustamento de conduta:			
Firmados nos últimos 12 meses	16	02	03
Pendentes de cumprimento	43	57	42
Recomendações feitas nos últimos 12 meses	24	75	30
Visitas realizadas:			
Diligências/inspeções	06	01	01



Outras atividades de atuação	30	12	11
------------------------------	----	----	----





## 11. Processos e procedimentos examinados

### 11.1 Bancas 52 e 54.

Banca 52 (Ofício 62)	Todos os procedimentos analisados estavam regulares.
Banca 54 (Ofício 64)	Todos os procedimentos analisados estavam regulares.

### 11.2 Banca 53.

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
PP	128.2015	13/08/2015	Regular (prorrogado no prazo em 05/11/15)
PP	136.2015	13/08/2015	Regular (prorrogado no prazo 05/11/2015)
PP	51.2015	19/06	Regular (prorrogado no prazo em 22/09)

## 12. Sugestões e Relatos de Experiências Inovadoras

Rafael Mondego Figueiredo	Na Regional ocorre um isolamento muito grande das PTM's. Todos os deslocamentos demandam a concessão de diárias. Por ser uma PTM de Capital de Estado, o Inspeccionado entende que a PTM mereceria melhores instalações físicas, porém, recentemente houve licitação para reforma do prédio.
Bradiane Farias Ribeiro Lima	A inspeccionada sugere a melhoria da capacitação e treinamento para os Procuradores e os servidores. A distância da sede por vezes dificulta a frequência, razão pela qual sugere a adoção de metodologias como a telepresencial.

## Área Administrativa

### 13. Área Administrativa

**13.1** Os trabalhos de inspeção das unidades do MPT no Estado do Amapá não incluíram a realização de auditoria da gestão administrativo-financeira, uma vez que o Estado do Amapá não conta com estrutura de unidade gestora do MPT. Todos os recursos utilizados pelos Procuradores do Trabalho nesse Estado são centralizados e administrados pela sede da Procuradoria Regional da 8ª Região, em Belém/PA, local onde todos os processos de licitação, aquisição, contratos e demais serviços são realizados.

## Área de Tecnologia da Informação

### 14. Tecnologia da Informação

**14.1** A inspeção na área de Tecnologia da Informação foi realizada no dia 30 de novembro de 2015, na Procuradoria do Trabalho no Município de Macapá. A unidade inspecionada não possui um setor de TI, uma vez que no Ministério Público do Trabalho os ativos de TI mais robustos e que prestam os principais serviços estão hospedados nas Procuradorias Regionais do Trabalho.

**14.2** Nessa esteira, a equipe de inspeção verificou um número menor de quesitos.

**14.3** As informações abaixo elencadas foram prestadas pela Diretora do Departamento de Informática da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Sra. Elizabeth Maria de Melo Lobato.

1. Existe ato prevendo normas de utilização dos recursos de TI?

( X ) Sim            ( ) Não

- A unidade inspecionada segue os ditames previstos na Portaria PGT nº 276, de 13 de Agosto de 2008.

2. Existem providências implementadas contra o risco de perda de dados (backup/cópia de segurança)? Em caso positivo, descrever o procedimento adotado nos órgãos situados na capital e no interior.

( X ) Sim            ( ) Não

- A unidade inspecionada utiliza a solução Data Protector (software de backup) com uma Tape Library tanto para a Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, quanto para as Procuradorias do Trabalho em Municípios.

- A biblioteca está localizada na sede da PRT, situada em Belém. Os dados da PTM de Macapá são enviados através de DFS (sistema de arquivo distribuído).
  - As fitas são guardadas em um cofre.
3. Existe procedimento de proteção contra a ação de “vírus de computador”?
- ( X ) Sim            ( ) Não
- A unidade inspecionada utiliza o F-Secure, solução nacional de todo o MPT.
  - Segundo informado, somente os servidores da TI tem perfil de administrador, podendo fazer instalações de softwares. Quando nas PTMs, é necessária a instalação de algum software, a TI usa o acesso remoto via VNC.
4. Existem normas de segurança quanto aos locais de instalação dos equipamentos utilizados, especialmente sobre o CPD (por ex.: está instalado em sala cofre, possui ar condicionado redundante, mantém controle e alerta de temperatura)?
- ( ) Sim            ( X ) Não
- Na unidade inspecionada não existe um Centro de Processamento de Dados (CPD). Os grandes equipamentos de TI são mantidos na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, em Belém. A PTM de Macapá possui apenas um servidor utilizado para virtualização, onde são mantidos dois servidores virtuais: servidor WDC e servidor multifunção.
  - Esse servidor está instalado em uma sala sem janelas, cujo acesso se dá por uma porta de madeira, com tranca simples. A refrigeração é mantida por um aparelho de ar condicionado.

## Atendimento ao Público

### 15. Atendimento ao Público

**15.1** Durante os trabalhos de inspeção foram realizados atendimentos ao público, oportunidade em que integrantes da equipe da Corregedoria Nacional reduziram a termo notícias de fato, além de terem respondido dúvidas da coletividade e encaminhado aos órgãos competentes as matérias que exorbitavam a atribuição do Conselho Nacional do Ministério Público.

**15.2** No Amapá, foram lavrados 35 (trinta e cinco) Termos de Atendimento, sendo um referente ao MPT. A Corregedoria Nacional já tomou a providência necessária quanto ao encaminhamento do mesmo.

## Manifestações das Unidades e dos Membros Inspeccionados

### 16. Manifestações das Unidades e dos Membros Inspeccionados

- 16.1** Considerando os dados colhidos durante a realização da inspeção nas unidades do MPT no Estado do Amapá, foi elaborado Relatório Preliminar do qual foi dada ciência às unidades e membros inspeccionados.
- 16.2** Sem prejuízo da apresentação de quaisquer outros esclarecimentos que as unidades e membros inspeccionados entendessem necessários, o Corregedor Nacional FACULTOU a manifestação sobre a íntegra do relatório.
- 16.3** O Procurador-Chefe da 8ª Região, em resposta, informou o seguinte: *“Informo que o mencionado relatório foi encaminhado, por mensagem eletrônica, aos Procuradores do Trabalho da Unidade respectiva, para ciência e manifestação. Contudo, haja vista que, conforme declarado no relatório, todos os procedimentos analisados foram considerados regulares, não houve necessidade de esclarecimento pelos Membros interessados”*.

## Proposições da Corregedoria Nacional

### 17. Proposições da Corregedoria Nacional

**17.1 Área Institucional.**

- 17.1.1** Sobre a tramitação dos procedimentos extrajudiciais e cumprimento da Resolução nº 23/2007 do CNMP, não foram apontadas irregularidades (conforme Termos de Inspeção).
- 17.1.2** No que se refere ao quadro de pessoal das unidades do MPT no Estado do Amapá, nota-se a necessidade específica de existência de um quadro de analistas periciais que possa atender aos membros do MPT no Amapá (item 5.4). Ante tais constatações, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de RECOMENDAÇÃO ao Exmº Procurador-Geral do Trabalho, ao Exmº Procurador-Chefe da PRT-8ª Região e ao Exmº Secretário-Geral do MPU para que adotem as medidas necessárias ao preenchimento do quadro de servidores das unidades, comunicando as providências adotadas no prazo de 90 (noventa) dias.

- 17.1.3 Considerando se tratar de uma PTM de capital de Estado, conforme apontado pelo Procurador Rafael Mondego Figueiredo, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de RECOMENDAÇÃO ao Exmº Procurador-Geral do Trabalho e ao Exmº Procurador-Chefe da PRT-8ª Região para que adotem as medidas necessárias de priorização da reforma da Sede da PTM de Macapá, comunicando as providências adotadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- 17.1.4 Com relação às capacitações de membros e servidores, conforme apontado pela Procuradora Bradiane Farias Ribeiro Lima, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de RECOMENDAÇÃO ao Exmº Procurador-Geral do Trabalho e ao Exmº Procurador-Chefe da PRT-8ª Região para que adotem as medidas necessárias à realização de cursos prioritariamente telepresenciais conforme necessidades específicas informadas previamente por membros e servidores da PTM de Macapá para melhoria do desempenho no serviço, comunicando as providências adotadas no prazo de 90 (noventa) dias.
- 17.2 Área de Tecnologia da Informação.**
- 17.2.1 No que concerne ao local de instalação dos equipamentos de informática, conforme itens 14.3.4 e 4.2, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de RECOMENDAÇÃO ao Exmº Procurador-Chefe da PRT-8ª Região para que, na hipótese de reforma do espaço físico da PTM-Macapá, seja providenciada a acomodação dos equipamentos de infra-estrutura (switches, servidor de arquivo e central telefônica), em sala sem janela, com parede de alvenaria, ar-condicionado e controle de acesso, comunicando as providências adotadas no prazo de 90 (noventa) dias.

## Considerações Finais

### 18. Considerações Finais

- 18.1** Antes de concluir este Relatório, cabe deixar consignada a total colaboração das unidades do MPT inspecionadas, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório de inspeção. Todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios, especialmente aqueles relacionados ao fortalecimento dos controles internos.



- 18.2** A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio dos membros do CNMP e a inestimável colaboração, empenho e dedicação de todos os membros auxiliares, técnicos e servidores, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2016.

**CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO**

CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO